

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Sociedade de Geografia de Lisboa (1875 -)

Instituição científica criada por um grupo de trinta e nove homens, ligados às letras, direito, ciências, exército e política, em reunião realizada no gabinete de trabalho de Luciano Cordeiro, na Rua de S. Paulo, em Lisboa, na noite de 10 de Novembro de 1875. Nessa reunião foram discutidos e aprovados o estatuto e o regulamento da sociedade científica a fundar. A constituição da Sociedade, com a versão revista dos seus estatutos (em reunião de 31 de Dezembro de 1875) exigida pelas autoridades administrativas, foi aprovada pelo alvará de 29 de Janeiro de 1876 emitido pelo Governo Civil de Lisboa.

Os Estatutos aprovados estipulavam que a Sociedade tinha “por objectivo o estudo, a discussão, o ensino, as investigações e as explorações científicas de geografia nos seus diversos ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações”, que se consagraria, “na esfera da sua actividade científica, ao estudo e ao conhecimento dos factos e documentos relativos à Nação portuguesa”, que a sua sede seria “em Lisboa e a sua denominação: Sociedade de Geografia de Lisboa” (SGL, 1876). Os meios indicados para a consecução destes fins passavam pela organização de sessões, conferências, prelecções, cursos livres, concursos e congressos científicos; edição de publicações monográficas e/ou periódicas; formação de bibliotecas, arquivos e museus; correspondência e relações com diversas instituições científicas nacionais e internacionais. A 3 de Abril do mesmo ano a Comissão Instaladora da SGL reuniu-se em Assembleia, numa sala cedida pela Sociedade de Ciências Médicas. A sessão foi aberta por Luciano Cordeiro e procedeu-se, de seguida, à eleição dos corpos sociais da SGL. A Direcção foi constituída por: Januário Correia de Almeida (General e Visconde de S. Januário), presidente; José Vicente Barbosa du Bocage, vice-presidente; António Augusto Pereira de Miranda, tesoureiro; Luciano Cordeiro, 1º secretário; Rodrigo Afonso Pequeto, 2º secretário; João Cândido de Moraes e Octávio Guedes, vogais. O Conselho Central, sob a presidência do Visconde de Soares Franco, contava com 20 vogais, entre os quais pontuavam Francisco Benevides, Gerardo Pery, Henrique Midosi, Manuel Pinheiro Chagas e Teófilo Braga. Nesta mesma reunião, a Direcção ficou encarregada de convidar para sócios os membros da Comissão Central Permanente de Geografia (CCPG), criada por Decreto de 17 de Fevereiro de 1876 e tutelada pelo Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar.

Depois das primeiras reuniões realizadas em sala emprestada pela Sociedade de Ciências Médicas, a SGL instalou-se em sede própria: entre 1876 e 1883, na Rua do Alecrim; de 1883 a 1891, em prédio da Rua Capelo; de 1891 a 1897, no Palácio das Chagas; e, desde 1897, em edifício pertencente à Empresa do



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Coliseu dos Recreios na Rua das Portas de Santo Antão. A mudança de instalações (1876-1897), foi sendo ditada pela necessidade de mais espaço para albergar, a um tempo, do ponto de vista material, o crescendo das colecções dos espólios da SGL, em particular do Museu e da Biblioteca, e, do ponto de vista simbólico, o prestígio científico e a influência técnica que a SGL foi gradualmente ganhando junto do poder executivo.

A SGL propôs-se cumprir um dever para com a ciência e para com a pátria, conectando o país à rede científica internacional que, à época, se desdobrava em inúmeras instituições e sociedades. Deste modo, procurava, por um lado, dissipar as críticas e a imagem negativa que do exterior eram apontadas à falta de uma pilotagem técnico-científica das políticas coloniais do país, e, por outro, alargar a produção e divulgação de conhecimento sobre os territórios coloniais e o fervor nacionalista, em nome da regeneração da sociedade portuguesa à luz do *habitus* intelectual da época, alicerçado no paradigma cientista e positivista.

Inspirada nas sociedades congêneres já estabelecidas nas principais cidades europeias (Paris, 1821; Berlim, 1828; Londres, 1830; São Petersburgo, 1845; Viena, 1856, etc., as quais, por seu turno, se inspiraram no modelo da African Society, criada em Londres em 1788), a SGL foi fundada num período em que se regista na Europa, a um tempo, uma certa estabilidade política após a guerra franco-prussiana (1871) e o aprofundamento do interesse científico, político e económico pelo continente africano. À data da criação da SGL existiam cerca de quarenta sociedades de geografia espalhadas pelo mundo. A convergência de atenções sobre a Geografia adveio do seu carácter estratégico, a partir de finais do século XVIII, para os ocupantes dos cargos políticos dos aparelhos de Estado. O desenvolvimento das ciências físicas e naturais durante o século das Luzes, apoiado pelo método experimental e progressos na matemática, cruzado com o desejo de experimentação dos dispositivos científicos e tecnológicos, proporcionou o fomento de viagens de exploração e o interesse arqueológico, etnológico e económico pelas terras descobertas. A possibilidade de constituição e alargamento de novos mercados em África fez com que, a partir de inícios do século XIX, em países como a Inglaterra e a França, fossem os próprios governos a promover e financiar as viagens científicas. As sociedades de geografia que, a partir de então, foram criadas tinham por fim apoiar essas actividades expedicionárias e retirar delas todo o proveito científico, político-militar e económico. As actividades de exploração foram em crescendo de complexificação científica, económica, tecnológica, estratégica, política e militar ao longo de Oitocentos e tiveram no continente africano o principal foco de atenção: até 1830, em torno da bacia do rio Níger; de 1830 a 1856, em torno do rio Zambeze, do lago Chade e das fontes do Nilo; por volta da década de 1870, nas viagens de travessia da região centro-austral e na localização e traçado da sua rede hidrográfica. Este interesse foi mais aguçado pelos resultados das campanhas de exploradores europeus com formação científica, bem equipados e apoiados por instituições científicas, económicas e estatais, como Livingstone (1866-1873), Cameron (1873-1875) e Stanley e Savorgnan de Brazza (1874-1875), na África Centro-Austral.

Consciente, por um lado, do atraso e impreparação técnico-científica, económica e institucional de Portugal face à concorrência colonial em África, que entrou num vórtice de decisões à escala europeia, e,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

por outro, da necessidade de argumentar com os *direitos históricos* de Portugal sobre regiões que, à época, eram disputadas por outros países, a SGL pautou a sua intensa actividade, até finais do século XIX, por três grandes finalidades: garantir o lugar de Portugal no movimento europeu de elevada disputa internacional pela partilha e redesenho imperialista do continente africano; avaliar os recursos nacionais disponíveis para o investimento na competição internacional; concentrar esforços na orientação da política e gestão coloniais sobre o conjunto do império português (com maior relevância dada ao caso moçambicano). Ciência e patriotismo assumiram as faces de uma mesma moeda numa conjuntura geopolítica marcada pelo mapeamento da nova política internacional em matéria colonial. Envolvido nesta teia de conflitos e interesses, Portugal viu as suas possessões ultramarinas serem disputadas pelas potências estrangeiras e os seus direitos, até então legitimados historicamente, postos em causa. Foi neste contexto de corrida e partilha de África que se deve compreender, como referiu Luciano Cordeiro, o grande desafio que se colocava então ao país: a “civilização” da África, a sua exploração comercial e a sua colonização segundo um modelo de coordenação política e científica. Assim, por via da ciência geográfica, e dos seus diversos ramos à época (física, humana/antropológica, política, comparativa), a SGL assumiu o compromisso de desenvolver conhecimento científico e disseminar o sentido patriótico das questões ultramarinas com vista a apoiar uma colonização mais aprofundada e efectiva dos territórios africanos. Visou, dessa forma, ser encarada pelas elites políticas da época como um importante vector de desenvolvimento de uma política colonial para a salvaguarda e reconhecimento dos territórios ultramarinos portugueses, os quais eram, na opinião dos membros da SGL, parte integrante da pátria portuguesa e do sentido identitário do povo português. Entre 1876 e 1880, a SGL deu provas de uma energia inesgotável ao procurar impor a sua concepção expansionista a nível político e ideológico, no país e no estrangeiro, e lançou o seu programa de acção institucional através das seguintes iniciativas: *i)* pressão junto do governo para que este assumisse posição junto dos competidores internacionais – internacionalização da política colonial portuguesa, colonização efectiva e organização de explorações para a afirmação *de facto* dos direitos portugueses na região central africana; *ii)* acção diplomática (junto da Associação Internacional Africana - AIA -, criada no contexto da Conferência de Bruxelas, em 1876), científica (participação em inúmeras reuniões científicas e políticas internacionais) e editorial (com a recolha e publicação de todos os documentos e estudos históricos que fundamentassem o argumento dos direitos históricos de Portugal e sua difusão no país e estrangeiro); *iii)* intervenção na política interna – elaboração de um programa ideológico colonial, sua difusão e concentração de recursos e conhecimento para a sua sustentabilidade; *iv)* estruturação de uma política colonial – estudo e definição de um programa de política colonial, proposta de criação de um curso colonial destinado à formação de funcionários coloniais e definição de um plano de colonização baseado, à semelhança da estratégia da AIA, no estabelecimento de estações civilizadoras. A repercussão dos projectos da SGL junto do governo ficou mais facilitada a partir do momento em que o seu primeiro Presidente, o Visconde de S. Januário, ocupou a pasta do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, em 1880. A fusão da SGL com a CCPG, ordenada pelo Decreto Real de 12 de Agosto de 1880, marcou o



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

início de cooperação institucional e transformou a instituição de iniciativa privada em órgão de consulta científica e técnica do Estado português em matérias coloniais. Com esta aglutinação, a anterior comissão oficial passou a designar-se por Comissão Central de Geografia (CCG), conservando a sua organização e atribuições originais, e foi albergada nas instalações da SGL. A cooperação da SGL com o Estado obrigou-a a fornecer todas as informações e pareceres que lhe fossem requeridos sobre assuntos da sua competência, embora isso não esgotasse o modelo de cooperação. Por decreto de 10 de Março de 1882, um novo acordo de parceria foi homologado com o Estado, a saber: o Museu Colonial de Lisboa (criado a 17 de Maio de 1870, junto do Arsenal da Marinha) foi confiado à SGL. Em Julho de 1881, a Assembleia Geral da SGL aprovou um documento intitulado *Apelo ao Povo Português em Nome da Honra, do Direito e do Interesse e do Futuro da Pátria*, o qual visava alcançar vários propósitos: lançar uma subscrição nacional permanente destinada ao estabelecimento de estações civilizadoras nos territórios africanos; explicitar os seus planos em matéria de colonização através da divulgação de um mapa em que, a cor escura, destacava a área compreendida entre Angola e Moçambique, retomando o projecto *de costa a costa* proposto, em 1616, por Luís Mendes de Vasconcelos, então governador de Angola; sensibilizar a população para a competição internacional em matéria de imperialismo colonial em África; atrair investidores para a execução de um plano económico global nas colónias; definir claramente a localização dos empreendimentos prioritários, através da análise comparativa dos territórios, entre outros. Tratava-se de um plano ambicioso, completo e estruturado como nenhuma outra potência europeia possuía em 1881 para a região centro-austral de África, ao qual faltou, porém, dar corpo. O *mapa cor-de-rosa*, divulgado em 1886, foi uma reedição do mapa de 1881 devidamente actualizado a nível de algumas pretensões que, entretanto, foram redefinidas no âmbito da Conferência de Berlim (na qual participou activamente Luciano Cordeiro). Na sessão de Abril de 1889, a SGL fez o balanço da repercussão da sua actividade em prol da sensibilização e motivação da opinião pública e dos agentes económicos para os assuntos africanos nos seguintes termos: “o país corresponde com a máxima indiferença aos cuidados e esforços do governo (...). Há anos que nesta casa se fazem conferências, que se publicam relatórios (...) mas nem as informações, nem a perspectiva do interesse (...) actuam sobre o público em geral e sobre os nossos capitalistas em especial”. A sessão de 20 de Janeiro de 1890 foi uma manifestação de pesar pelo ultimato inglês às pretensões portuguesas na África austral e, apesar deste facto, Luciano Cordeiro não deixou de sublinhar “as muitas manifestações de aplauso e estímulo público” que a SGL recebeu à época. Com a acentuada alteração do direito colonial à escala internacional, verificada nas duas décadas finais do século XIX, a SGL recentrou a sua actuação na consolidação dos objectivos técnico-científicos tendo por referência os estudos geográficos e outros domínios do saber convergentes com o aprofundamento dos estudos e conhecimento coloniais. A reforma estatutária da SGL de 1895 revelou a sua maior disponibilidade de recursos e a reorientação dos fins sociais para a “demonstração do lugar de Portugal na história da civilização e, em especial, na história da geografia, da navegação e do comércio, bem como a reivindicação histórica dos seus direitos e da sua individualidade independente e soberana” (art. 2º, n.º 2). Neste sentido, a SGL



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

recorreria: à publicação de trabalhos científicos, em especial, através de um *Boletim* (editado desde 1876); à organização, conservação e desenvolvimento de uma Biblioteca e de “museus e colecções de objectos de interesse científico, industrial, comercial, artístico ou comemorativo”; à organização, cooperação e representação em congressos nacionais e internacionais; à comemoração pública de acontecimentos ou de indivíduos que tivessem honrado a ciência e o país; à concessão de prémios e distinções honoríficas, entre outros (art. 3º). A organização da SGL foi concebida em torno do “seguintes corpos de estudo e consulta”: CCG (nos termos do decreto de 1880); cinco comissões gerais (Africana, Americana, Asiática, Insular e de Emigração); e vinte e sete *secções profissionais* que abrangiam diversos domínios científicos como as artes e humanidades, as ciências exactas, naturais, sociais, militares, entre outros (cf. artigos 33º a 38º). O artigo 5º do estatuto geral de 1895 determinava que os fins da SGL eram contrários a “quaisquer propósitos, discussões e manifestações de política partidária, de controvérsia religiosa e de interesse e competência privativa de outras instituições”. A ideia de apartidarismo político foi sempre um valor declarado como sendo central na orgânica da SGL, apesar da sua explícita posição em matéria de política colonial. Entre 1875 e 2014, a SGL foi presidida por vinte e dois sócios, alguns dos quais com actividade política reconhecida, e oriundos dos seguintes ramos de actividade profissional: Exército (com particular destaque para o ramo da Marinha), Direito e Ciência/Ensino Superior. Para a admissão de sócios, a SGL impôs, originalmente, o princípio de que os candidatos tinham que dar provas de estudo assíduo e conhecimento especial das “ciências geográficas e correlativas” ou que tivessem contribuído para o progresso das mesmas. Os estatutos de 1895 definiram cinco categorias de sócio: sócios fundadores (enquanto perdurassem); ordinários (com uma quota mensal de 20\$00); sócios correspondentes (que, com os seus estudos, correspondência, donativos e/ou influência pessoal, contribuíram para os fins e desenvolvimento da SGL); sócios doadores (personalidades que tinham realizado ou prometido realizar uma doação relevante em obras, documentos, material científico, fundos, bens ou objectos de uso e utilidade social); e sócios honorários (personalidades que tinham prestado relevantes serviços “à Ciência, à Nação ou à Sociedade, na investigação científica e, especialmente, na exploração geográfica, na defesa e reivindicação dos direitos de Portugal ou no engrandecimento da Sociedade”) – cf. artigos 15º a 23º. Em 1894, a SGL contava com cerca de 1 600 sócios, além de 8 sócios honorários (exploradores de África).

Para além das diligências, apoio e divulgação dos trabalhos de exploração do continente africano, das quais se destacaram as viagens realizadas em Angola e Moçambique (Serpa Pinto, 1877-1879; Brito Capelo, 1877-1885; Roberto Ivens, 1877-1885; Henrique Dias de Carvalho, 1884-1888; Francisco Newton, 1880-1907; José Pereira do Nascimento, 1888-1911), a SGL desenvolveu outras actividades de propaganda, educação e ideologia ao longo da sua história. No quadro da *propaganda colonial* realizou várias comemorações, nas quais o cortejo cívico assumiu lugar de destaque pela mobilização de massas que congregava em torno da ideia e afirmação nacionalista e imperial do país. Entre as comemorações destacaram-se: em 1880, o tricentenário de Luís de Camões; em 1894, as henriquinas; em 1897-98, o centenário da Índia; em 1915, o centenário de Ceuta e Albuquerque; e, 1924, o de Vasco da Gama. A



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

celebração do centenário do caminho marítimo para a Índia, em 1897-1898, originou uma série de publicações históricas e etnográficas e foi coroada com a inauguração da sua sede social à Rua das Portas de Santo Antão (1897). Cumprindo uma das finalidades educativas a que se propôs desde a sua instituição, a SGL criou, em 1906, a Escola Colonial (mais tarde elevada a Escola Superior Colonial, que, por sua vez, originou o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, hoje designado por Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas), albergando-a nas suas instalações até 1934. No domínio da ideologia colonial, a SGL iniciou, a partir de 1927, com periodicidade anual, a Semana das Colónias (ou do Ultramar, após 1952) e promoveu o programa de Intercâmbio Escolar, a partir de 1932. Com o Intercâmbio Escolar, a SGL visou colocar em contacto epistolar crianças e jovens portugueses continentais com outros congéneres residentes nas regiões autónomas, nas colónias portuguesas ou no Brasil (destino mais procurado, segundo se pode deduzir pelas cartas enviadas). A Semana das Colónias foi organizada, de forma mais imediata e tangível, em escolas, quartéis e várias colectividades espalhadas por toda a metrópole (e, em menor grau, pelas colónias) através de conferências, exposições e sessões cinematográficas de assuntos coloniais. Esta iniciativa, ao mobilizar um elevado número de recursos humanos tutelados por diferentes ministérios (da Educação Nacional, das Colónias/Ultramar, do Interior, entre outros), concorreu para a afirmação da imagem pública da SGL como instituição civil orientada para a educação colonial.

Paradoxalmente, o programa da Semana das Colónias foi contemporâneo do gradual esvaziamento da SGL no domínio de cooperação técnico-científica em assuntos coloniais por parte do Estado. Os primeiros indícios deste processo de esvaziamento surgiram a partir de 1924 com a criação da Agência Geral das Colónias, no âmbito do Ministério das Colónias, a qual terá a seu cargo a publicação de um *Boletim* mensal (lançado em 1925 como veículo de propaganda e informação técnico-científica, oficial e institucional das colónias e para as colónias). Esta mesma Agência Geral solicitou à SGL algumas colecções do seu acervo para uma exposição que estava a organizar em 1926. O acervo documental da SGL, que alimentou, a um tempo, um determinado imaginário ultramarino e o conhecimento técnico-científico, começou então a ser devotado a um desinteresse e isolamento progressivos (em especial a componente museológica) e a ser reclamado parcialmente por organismos oficiais do Estado. No mesmo processo de esvaziamento das competências da SGL, no domínio da divulgação do discurso expositivo em matéria colonial (e nacionalista), podemos incluir a Exposição Colonial organizada sob a responsabilidade directa do Estado, em 1934, nos jardins do Palácio de Cristal no Porto (iniciativa orientada para o grande público seguindo o modelo das grandes exposições temporárias, organizadas por toda a Europa desde o último quartel do século XIX e cujo evento significativo mais próximo se tinha realizado em Paris, em 1931 – a Exposição Internacional Colonial), assim como a Exposição do Mundo Português (Lisboa, 1940). No mesmo processo, há ainda a referir a reorganização dos serviços da Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais iniciada pelo Ministério das Colónias, em 1945, serviços que passaram a ser apoiados, do ponto de vista técnico-científico, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, a partir de 1963.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Desta forma, as autoridades nacionalistas assumiram directamente o controlo dos programas políticos de acção colonial sem recurso a interposta entidade civil, como a SGL.

Os estudos históricos promovidos e publicados sob a égide da SGL tiveram um foco e alinhamento temáticos bem definidos à época da sua instituição: justificar e provar os *direitos históricos* de Portugal em África, através da publicação de um conjunto de documentação em várias línguas, no contexto de uma nova conjuntura do expansionismo colonial europeu. Se, até então, a descoberta e a ocupação dos territórios eram critérios fundamentais para garantir o domínio de um qualquer país, a partir da Conferência de Berlim foi definido um novo *direito internacional* assente no princípio da ocupação efectiva e da liberdade de navegação nos grandes rios. Tendo, a um tempo, o maior domínio histórico e a menor força económica e militar instaladas no terreno, Portugal ficou com os seus interesses prejudicados em África à luz dos princípios do novo tipo de direito internacional. Neste quadro de competição, a SGL orientou a sua actividade para a reprodução de roteiros de finais do século XVIII e inícios do século XIX guardados no arquivo do Ministério da Marinha, a sua tradução para inglês e francês e a sua divulgação junto de instituições estrangeiras congéneres, congressos e exposições internacionais. Este mesmo *habitus* historiográfico da SGL em defesa dos *direitos históricos* de Portugal foi ainda reabilitado, a partir de 1954, no quadro da ocupação indiana dos territórios portugueses de Dadrá e Nagar-Aveli. A História foi igualmente uma das áreas de conhecimento primordiais para a SGL veicular a sua ideologia colonial e de unidade e fervor nacionais. No quadro de uma historiografia positivista, dominada pela história-acontecimento, a SGL mobilizou igualmente um conjunto de estudos biográficos sobre uma galeria de heróis, o qual indicia uma relação selectiva com a história de Portugal, mais vincada no período do Estado Novo (por exemplo, é dado realce a D. João IV, ao Infante D. Henrique, Gil Vicente, aos descobridores da costa africana, a Vasco da Gama, Álvares Cabral, Marquês de Sá da Bandeira, Gago Coutinho, Silva Porto, entre outros, e pouco destaque à acção do Marquês de Pombal). Na galeria dos feitos e heróis nacionais, a SGL encontrou um nicho relevante para publicações, algumas das quais realizadas no quadro da curiosidade de alguns sócios não-historiadores (cf. por exemplo, alguns trabalhos assinados por Gago Coutinho dedicados a Bartolomeu Dias, Vasco da Gama ou à descoberta da Austrália), e, sobretudo, para um elevado número de comemorações com recurso a desfiles, exposições e conferências. Do ponto de vista organizacional, a História constituía uma das *secções profissionais* previstas estatutariamente desde 1895, na qual pontuaram, na qualidade de presidentes, Damião Peres, Hernâni Cidade e Virgínia Rau, entre outros. A acção da secção foi perdendo fulgor ao longo do período analisado chegando mesmo, após a direcção daquela historiadora, a conhecer um longo período de inactividade.

Como instituição orientada para a produção e divulgação de conhecimento científico, a SGL foi constituindo um *corpus* documental (escrito, iconográfico e material) fundamental para os estudos históricos, em especial na sua articulação com a Geografia e a Etnologia, o qual aguarda por estudos mais aprofundados. Desde a sua génese, a SGL apelou aos sócios para enviarem documentos, livros, objectos interessantes para o enriquecimento do arquivo e do museu que estava a constituir. Neste âmbito, há a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

realçar o papel dos sócios correspondentes no processo de construção do discurso ultramarino e científico, através do envio de notícias, memórias, informações sobre as colónias, os locais que habitavam e os povos com que conviviam. Tratou-se de constituição de uma rede informacional que ajudou a configurar uma imagem que a metrópole ia alimentando relativamente às suas possessões ultramarinas. Foi também através desses sócios (exploradores, comerciantes, missionários, juizes, governadores, etc.) que a África, de modo pragmático, foi dada a conhecer na metrópole. A fusão com a CCPG representou a transferência de diversas competências, destacando-se, entre elas, a que se refere à constituição de colecções (de exemplares, documentos e livros de geografia, história, etnologia, arqueologia e ciências naturais) que contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento em relação ao território português e, em especial, às províncias ultramarinas. A delegação destas funções, a par do papel consultivo e de estudo, das funções editorial e de propaganda colonial, abriram caminho à formação de um museu que, para além de promover comercialmente os produtos coloniais, teve espaço para, em termos programáticos, incluir exemplares de carácter comercial e industrial, histórico-comemorativo, científico e artístico. Após negociações com o Estado, no sentido de dele obter as colecções coloniais exibidas na Exposição Internacional e Colonial de Amesterdão (1883), o Museu Etnográfico da SGL abriu as portas ao público em 1884 com a mostra de um inovador estudo e aplicação industrial e comercial de peças coloniais. A finalidade de congregar esforços e de coordenar o espólio do Museu Colonial de Lisboa, sob a tutela da CCPG, foi conseguida pela SGL com a fusão dos dois museus e respetivos acervos em 1892. A incorporação de colecções no museu da SGL conheceu uma grande dinâmica até 1940, já pela organização de exposições nacionais e internacionais (Antuérpia, 1885), já pela oferta de entidades individuais e oficiais. A entrada de relevantes colecções oferecidas pelas autoridades oficiais portuguesas representaram a contrapartida pelo apoio prestado pela SGL à realização de exposições nacionais (Porto, 1894; centenário da Índia, 1898) e internacionais (Antuérpia, 1885; Paris, 1889, 1900 e 1927; Londres, 1921; Rio de Janeiro, 1922; Barcelona, 1929) e prolongou-se até à última doação, oficializada em 1940 (oriunda da Exposição do Mundo Português). Lutando com falta de espaço, de condições arquitectónicas e técnicas adequadas para a exposição, bem como a deficiente sinalização, aglomeração dos objectos, necessidade de operações conservação e restauro, o Museu Etnográfico da SGL conheceu um longo processo de desvalorização das suas colecções até à década de 1970. O processo de reabilitação, feito através da inventariação, tratamento, reorganização, estudo e divulgação das colecções etnográficas do museu, despontou, a partir de então, com o trabalho iniciado pela historiadora de arte Marie-Louise Bastin (que trabalhou o núcleo de etnografia angolana) e foi aprofundado, a partir dos anos 90, pela acção da investigadora Manuela Cantinho Pereira.

É de salientar que, em matéria de internacionalização, a SGL correspondia-se, em 1977, com 43 outras sociedades congéneres e 272 outras instituições científicas espalhadas pelos cinco continentes. Já entrada no século XXI, a SGL desenvolveu investigação no âmbito da etno-história colonial e coordenou vários outros projectos científicos centrados sobre a inventariação e conservação curativa do seu acervo museológico, fotográfico e cartográfico. Neste quadro há a relevar a progressiva integração do acervo



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

etnográfico da instituição nos circuitos expositivos, facto que apoiou a sua internacionalização e, devido ao volume e especificidade dos fundos bibliográficos e cartográficos da SGL, conduziu à captação do interesse de investigadores nacionais e estrangeiros. A Biblioteca surgiu quase simultaneamente com a criação da SGL, sendo reportado, logo nos números 2 e 3 da primeira série (1876-1878) do *Boletim*, o catálogo dos mapas e livros que a constituíam. Muito do seu acervo resultou de aquisições e de ofertas, das quais se destacaram: em 1880, a transferência para a SGL da biblioteca e das colecções da extinta CCPG; os livros adquiridos no leilão da biblioteca do Marquês de Lavradio; a doação da biblioteca pessoal do Visconde de S. Januário, primeiro presidente da SGL; em 1887, a cedência dos documentos do Arquivo da Associação Marítima Colonial, há muito inactiva. Na década de 1960 foram contabilizados mais de 65.000 volumes e de 6.00 cartas e atlas geográficos. De elevado valor científico é igualmente a mapoteca da SGL, integrada na sua Biblioteca, a qual contém um importante acervo de cartografia antiga e moderna. A mapoteca dispõe de documentos cartográficos e iconográficos avulsos, muitos deles relacionados com Portugal, com os seus antigos territórios coloniais e com os registos da presença portuguesa em África, Ásia, América e Oceânia. Parte desse espólio cartográfico é manuscrito e outra parte é impressa, sendo de sublinhar que, em ambas as categorias, se encontram exemplares raros.

A SGL desenvolveu um reconhecido esforço na publicação de mapas e cartas, obras monográficas e de periódicos. Os seus impressos detêm um reconhecido valor como espécies bibliográficas e como instrumentos de trabalho para os investigadores. A SGL editou mapas e cartas relativas à presença portuguesa no mundo, quer através de viagens de exploração, quer em missões científicas e técnicas. A nível de publicações periódicas, destacaram-se três títulos publicados pela SGL: o seu *Boletim* (desde 1876) e as revistas *Geographica* (1965-1973) e *Comunidades Portuguesas* (1966-1974). Esta última foi publicada trimestralmente, ao longo de 36 números, sob os auspícios da União das Comunidades da Cultura Portuguesa, a qual foi constituída no âmbito dos dois congressos das comunidades portuguesas organizado pela SGL na década de 1960. A *Geographica: Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa*, publicada em 37 números, configurou-se como uma tentativa de projectar a SGL através do *output* do seu Centro de Estudos Vasco da Gama (criado pela Junta de Investigações Ultramarinas, em 1965, para funcionar junto da SGL), no domínio das publicações científicas em Geografia, a partir da selecção de artigos de cunho mais académico. Ambas as revistas comprovaram o esforço de a SGL recentrar a sua missão científica nos estudos geográficos e de reorientar os estudos para a diáspora portuguesa em época de diminuição dos apoios financeiros por parte das entidades oficiais e das lutas armadas pela independência em curso nos territórios colonizados por Portugal. A publicação periódica de maior fôlego temporal e, por isso, a mais representativa do devir histórico da instituição é o *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, publicado ininterruptamente desde 1876. A primeira série do *Boletim* (1876-1878) contou apenas com 4 números publicados ao longo de três anos (em vez dos regulares 12 números por ano), facto que testemunha as dificuldades que a SGL encontrou para a sua impressão e edição. Sem apoios oficiais no início, só contando com a oferta privada e com a determinação intelectual, organizativa e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

monetária dos sócios é que foi possível dar início a esta publicação periódica, de onde saíram muitos estudos, sob o formato de separatas, que alimentaram parte das publicações monográficas da SGL, incluindo as de cunho mais histórico.

O papel dos estudos históricos no âmbito de uma instituição privada orientada para os estudos geográficos, com protocolo de cooperação técnico-científica com o Estado português em assuntos coloniais, deve ser compreendido à luz de, por um lado, uma relação interdisciplinar com a Geografia, Cartografia, Arqueologia, Etnografia e Museologia e, por outro, com uma concepção memorial, monumental e comemorativa da própria História. A historiografia patrocinada pela SGL foi muito orientada pelo esforço de documentar e mapear a presença portuguesa no mundo, desde o século XV, como resposta a solicitações políticas de conjunturas internacionais bem definidas. De salientar, como ilustração do até aqui afirmado, alguns títulos de estudos de natureza histórica publicados pela SGL: *L'hydrographie africaine au XVI siècle d'après les premiers explorateurs portugaises* (1878); *Anotações Historicas - Textos e traduções* (1880); *Escravos e minas de África (1516-1619) - Diversos* (1881); *Estações civilizadores. Mapa cor-de-rosa* (1881); *Estudos historico-geographicos* (1887); *Política portuguesa na África. Memória histórica e política* (1889); *Notice sommaire des manuscrits orientaux de deux biblioteques de Lisbonne* (1894); *Missões dos jesuítas no Oriente nos séculos XVI e XVII* (1894); *Relatório das propostas para a celebração científica do centenário da Índia* (1894); *História dos portugueses no Malabar* (1898); *Construções de naus em Lisboa e Goa para a carreira da Índia* (1898); *Considerações gerais sobre história colonial* (1902); *Subsídios para a história da cartografia portuguesa* (1916); *Guerra peninsular - suas causas e efeitos* (1933); *História de Angola* (1937); *A Restauração e as colónias portuguesas* (1940); *A cidade de Benguela do século XVI e os portugueses* (1945); *De como o plano português da Índia levou ao descobrimento da América* (1949); *O Garb extremo do Andaluz e "Bortugal" nos historiadores e geógrafos árabes* (1960); *Reminiscências portuguesas na Arábia Oriental* (1961); *De como se ganhou e perdeu Goa* (1962); *Os Portugueses no Peru nos séculos XVI e XVII* (1967); *Vasco da Gama and Portuguese multi-racial inter-course* (1969); *Colecção de provas históricas dos objectivos nacionais* (1971); *Portugal, uma realidade histórico-cultural em quatro continentes* (1971). A história material e a etno-história sobrevivem no espólio do Museu Etnográfico, assim como a história da geografia e a geografia histórica são asseguradas por inúmeros estudos e documentos depositados na Biblioteca da SGL. A divulgação de quadros e temas da História de Portugal através da sua expressão cerimoniosa no espaço público – com comemorações, desfiles e conferências – podem ainda ser incluídos nas categorias memorial e comemorativa acima referidas. A mobilização de estudos históricos pela SGL teve assim uma finalidade de consciencialização, nacional e internacional, e de resposta face aos contextos das políticas internacionais em matéria colonial. Ao invocar uma série de argumentos de natureza histórica para contrariar a incapacidade de Portugal em ocupar e explorar *de facto* as suas possessões coloniais no século XIX, como ficou definido na Conferência de Berlim (1885), ou de acatar os princípios da Carta das Nações Unidas (1945), da Declaração Universal do Direitos do Homem (1948) e da Resolução da Assembleia das Nações Unidas 1514 (XV sessão), de 14 de Dezembro de 1960 (declaração de garantia de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

independência aos países e povos colonizados), a SGL mobilizou o conhecimento histórico como dispositivo formal para a legitimação de uma política colonial consabidamente retórica e ineficiente no terreno. Daí o pendor colonialo-nacionalista colocado na escrita de muitos estudos de história patrocinados pela SGL que, até 1974, estiveram comprometidos com a agenda política do Estado português.

Bibliografia activa:

Barros, Luís A., Tesouros da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa/INAPA, 2001, Id., “Breve evocação dos presidentes da Sociedade de geografia de Lisboa. Cento e trinta anos ao serviço da Nação”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 123ª, nº 1-12, 2005, pp. 9-80; Bento, Carlos L., “A Sociedade de Geografia de Lisboa e o turismo”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 123ª, nº 1-12, 2005, pp. 207-248; Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 123ª, nº 1-12, 2005 (Número Comemorativo – 130 anos da S.G.L.); Cantinho, Manuela, “Breve história do Museu Etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa. Reflexões pós-coloniais”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 123ª, nº 1-12, 2005, pp. 255-279; Chaves, Fernando J. Castelo-Branco, “Testemunhos e considerações sobre as comissões e secções da SGL”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 123ª, nº 1-12, 2005, pp. 439-444; Moreira, Adriano, “A Sociedade de Geografia e a crise de 60”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 123ª, nº 1-12, 2005, pp. 81-89; Neto, João B. N. Pereira, “Tradição e renovação – uma perspectiva antropológica”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 123ª, nº 1-12, 2005, pp. 363-438; Pinto, Rui, “Reacção da SGL à ocupação da Estado Português da Índia”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 123ª, nº 1-12, 2005, pp. 159-187; Quinto, Filipe Mendes, “A fundação da Sociedade de Geografia de Lisboa”, Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 93ª, nº 7-12 (Julho-Dezembro), 1975, pp. 163-168; Sociedade de Geografia de Lisboa, Estatutos da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1876; Id., Estatuto Geral aprovado pela Assembleia Geral em sessão de 3 de Junho e sancionado por alvará de 3 de Julho de 1895. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1965; Id., Centenário da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1977.

Bibliografia passiva:

AAVV, “Geografia (Sociedade de)” in Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. XII. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1945, pp. 315-316; Castro, Mª Cecília, “Geografia de Lisboa (Sociedade de)” in Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. IX. Lisboa, Ed. Verbo, 1969, pp. 386-387; Carvalho, Filipe N., “Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)” in A. Barreto e M. F. Mónica (org.), Dicionário de História de Portugal. vol. IX, Porto, Figueirinhas, 2000; Guimarães, Ângela, Uma corrente do colonialismo português. A Sociedade de Geografia de Lisboa: 1875-1895. Lisboa, Livros Horizonte, 1984; Id., “Sociedade de Geografia” in Dicionário Enciclopédico da História de Portugal. s/l., Publicações Alfa, 1985, pp. 245-246; Paulo, João C., “Sociedade de Geografia de Lisboa” in F. Rosas e J. M. B. Brito (org.), Dicionário de História



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

do Estado Novo, vol. II, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, pp. 939-941; Pereira, M^a Manuela Cantinho, O museu etnográfico da Sociedade de Geografia de Lisboa: modernidade, colonização e alteridade. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005; Santos, M^a Emília Madeira, Das travessias científicas à exploração regional em África: uma opção da Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa, SGL/MPAT/SECT/IICT, 1975, 13 p.; Torres, Rui A., “Sociedade de Geografia de Lisboa” in Joel Serrão (org.), Dicionário de História de Portugal. vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971.

Luís Grosso Correia e Miguel Angel Silva



APOIOS:

